

Edição 234
Setembro de 2025
Publicação do
Sindicato dos Professores
Municipais de Santa Maria

primeira classe

**Já é SETEMBRO e
AINDA faltam
PROFESSORES nas
escolas!
Mas não precisa vaiar!**

**Não existe CIDADE
EDUCADORA
sem a VALORIZAÇÃO
DOS PROFESSORES**



AGOSTO DE MOBILIZAÇÃO INTENSA

Categoria teve mês agitado de paralisações, manifestações e assembleias. Professores e professoras de Santa Maria cada vez mais unidos na luta pelos direitos. Nesta edição do jornal Primeira Classe você confere em texto e fotos como foi a mobilização em busca de melhores condições para a categoria

Saiba como foram as ações do mês de agosto

Páginas 3, 4 e 5

Levantamento realizado pelo Sinprosm aponta grande falta de pessoal nas escolas

Página 7

EDITORIAL

AGOSTO DE RESISTÊNCIA, SETEMBRO DE CONTINUIDADE

Agosto ficará marcado como um mês de resistência da educação pública em Santa Maria. Os professores municipais, reunidos em assembleia, decidiram dar início a paralisações progressivas diante da falta de respostas do Executivo às reivindicações da categoria. A cada ato, a cada caminhada, a cada palavra de ordem, reafirmamos que não aceitaremos o silêncio e a omissão diante da crise que atravessa nossas escolas.

O governo Rodrigo De-cimo e a vice-prefeita Lúcia Madruga tiveram inúmeras oportunidades de apresentar propostas concretas. O que recebemos, no entanto, foi o silêncio, a postergação e a tentativa de transferir responsabilidades. O Executivo insiste em atrelar a valorização salarial dos professores à reforma da Previdência, colocando sobre os ombros da categoria um peso que não lhe cabe.

Não se trata apenas de reajuste. Estamos falando da dignidade do magistério municipal, do reconhecimento da importância do nosso trabalho e da defesa de uma escola pública que respeite alunos e profissionais. Quando o governo não apresenta alternativas, quando ignora nossas pautas, escolhemos o lado do descaso.

Ao longo de agosto, a categoria mostrou que não se intimida. Das assembleias aos atos públicos, das ruas ao plenário da Câmara de Vereadores, estivemos presentes, firmes e unidos. Mais de 300 vezes se somaram em coro pela valorização da educação e

do serviço público. E cada professora e professor que se mobilizou reafirmou um compromisso histórico do Sinprosm: a luta coletiva como instrumento de conquista.

Não será com decretos feitos às escondidas ou com reuniões sem propostas que o Executivo vai desmobilizar os professores. Seguiremos mobilizados, porque sabemos que cada direito conquistado foi fruto de luta, e não de

concessão. A história da nossa categoria ensina que só com unidade e firmeza avançamos nos nossos objetivos e direitos.

Entramos em setembro ainda mais determinados. A luta continua nas ruas, nas escolas e em cada espaço onde for preciso afirmar: valorização não é favor, é direito. O Sinprosm seguirá sendo a voz combativa da categoria, construindo junto com cada professora e professor o caminho da resistência. Porque educar é também resistir.

A cada ato, a cada caminhada, a cada palavra de ordem, reafirmamos que não aceitaremos o silêncio e a omissão diante da crise que atravessa nossas escolas.

CHARGE DO ELIAS



PECS 66 E 169: VITÓRIAS PARCIAIS QUE EXIGEM MANTER A MOBILIZAÇÃO

Trabalhadores e trabalhadoras em educação, coordenados/as nacionalmente pela CNTE, obtiveram duas importantes vitórias na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, ao conseguirem retirar das pautas de votação do parlamento duas propostas de emenda constitucional danosas para a educação e os servidores públicos em geral.

A primeira vitória ocorreu na quarta-feira (13), quando foi suspensa a votação da PEC 169/2019, que trata do acúmulo indiscriminado de cargo para o magistério público da educação básica e superior. A CNTE e seus sindicatos filiados continuam mobilizados em torno desta pauta, que pode, inclusive, introduzir contratos pejetizados para professores na educação pública.

A PEC 169 não retornou para a agenda da Câmara nesta semana (18 a 22), e a luta agora é pelo seu arquivamento ou rejeição, lembrando que são necessários 308 votos na Câmara Federal e 49 votos no Senado para alterar a Constituição Federal.

A outra vitória tratou de retirar da pauta do Senado, também nesta semana, a PEC 66/2023, que tem como principal objetivo limitar drasticamente os percentuais de Receita Corrente Líquida da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para pagamento de precatórios (dívidas dos entes públicos) com qualquer credor, inclusive os servidores públicos.

A PEC 66 chegou a incluir outro assunto extremamente gravoso para os servidores dos Estados, DF e Municípios, que era a extensão automática de todas as regras da Emenda Constitucional nº 103 (Reforma da Previdência de Bolsonaro e Paulo Guedes) para os regimes próprios de Previdência dos entes subnacionais. Após muita pressão, os/as trabalhadores/as derrubaram essa possibilidade.

A exemplo da PEC 169, os servidores de todo o país estão unidos pelo arquivamento ou rejeição da PEC 66/2023, que pode voltar a qualquer momento para análise em plenário do Senado.

Para que as vitórias parciais das últimas semanas se tornem permanentes, a CNTE conclama a categoria para se manter vigilante e atuante nos momentos de pressão junto aos parlamentares.

Só a luta conquista direitos!

AGOSTO DE LUTAS

PROFESSORES MANTÊM MOBILIZAÇÃO E AMPLIAM LUTA POR VALORIZAÇÃO

Categoria realizou paralisações progressivas e reforçou o chamado à unidade em defesa da educação pública



O mês de agosto foi marcado por intensa mobilização das professoras e professores municipais de Santa Maria. A luta pela valorização profissional e pelo cumprimento dos direitos se traduziu em paralisações progressivas, assembleias e atos públicos, que mostraram a disposição da categoria em não aceitar a falta de propostas concretas por parte do governo municipal.

A mobilização teve início em 24 de julho, quando a assembleia geral aprovou o indicativo de paralisações diante do impasse nas negociações com o Executivo, que se recusa a apresentar uma proposta efetiva de reajuste salarial.

AGOSTO DE LUTAS

A primeira paralisação aconteceu em 6 de agosto, com um grande ato em frente à Prefeitura. No dia 13, mais de 300 educadores reuniram-se em frente à Câmara de Vereadores para pressionar pela abertura de diálogo sobre a reforma da Previdência. Apesar de compromissos assumidos por parlamentares, nenhum avanço concreto ocorreu.

No dia 21, uma nova assembleia reafirmou a continuidade da mobilização. “Nossa luta é por toda a comunidade escolar. Não é só salário, é respeito e condições dignas de trabalho”, afirmou a professora Juliana Corrêa Moreira,

da Coordenação de Patrimônio e Organização. Para a professora Marta Hammel, da Coordenação de Finanças, a união mostrada em agosto foi um passo fundamental: “Estamos no caminho certo, mas precisamos ampliar ainda mais a participação. Só com força coletiva conquistaremos o que é de direito”.

As ações também tiveram caráter pedagógico, levando à população o alerta de que a falta de valorização docente impacta diretamente a qualidade da educação nas escolas. “Mostramos que a categoria não vai se calar. A cada ato, a cada paralisação, vamos construindo uma história de resistência”, destacou Celma Pietczak, coordenadora de Formação Sindical e Comunicação.

CIDADE EDUCADORA PARA QUEM?

O mês encerrou com a convocação para uma grande paralisação no dia 1º de setembro. Na data, cerca de 250 professoras e professores saíram às ruas em caminhada da sede do Sinprosm até a Praça Saldanha Marinho, onde ocorria o lançamento do programa Cidade Educadora – Santa Maria, no Theatro Treze de Maio.

Com cartazes, bandeiras e palavras de ordem, a categoria demonstrou indignação diante do descaso da Prefeitura em relação às demandas urgentes: reajuste salarial, nomeação de professores concursados e condições adequadas de

ensino. Durante o trajeto, os manifestantes receberam aplausos e acenos de apoio da população, reforçando a legitimidade da luta.

O ponto alto da manifestação aconteceu na chegada do prefeito Rodrigo Decimo ao teatro, quando foi recebido por vaias e cobranças diretas dos educadores. A incoerência entre o lançamento de um programa midiático e a ausência de soluções para problemas básicos da rede municipal foi duramente questionada.

A direção do Theatro Treze de Maio e a organização da Feira do Livro mostraram receptividade ao protesto, permitindo a presença dos trabalhadores e reafirmando o caráter democrático do espaço público. “Os professores deram hoje uma resposta clara ao prefeito. Não vamos aceitar propaganda em lugar de valorização profissional. Queremos respeito, salário digno e condições reais de trabalho nas escolas”, reforçou Silvane Baptista, coordenadora de Escolas do Campo.

A LUTA SEGUE

As paralisações de agosto e o ato de setembro deixam uma mensagem clara: não há conquistas sem mobilização. Quanto maior a presença e a voz da categoria, maior será a pressão sobre o governo para que respeite o magistério e valorize a educação pública em Santa Maria.

IMAGENS DE LUTA

Confira os registros da mobilização dos professores no mês de agosto

6 DE AGOSTO

No dia 6 de agosto, centenas de professores foram às ruas em um ato que teve concentração na Praça Saldanha Marinho e terminou em frente a sede da Prefeitura. Ao fim da tarde, a categoria seguiu para a Câmara de Vereadores, onde ocorreria uma Audiência Pública sobre a educação do município. Muitos professores não puderam entrar, a prefeitura abandonou a audiência, que foi realizada em frente ao prédio da casa do povo.



8 DE AGOSTO

A coordenação do Sinprosm foi até a Câmara de Vereadores, em dia de sessão, para entregar uma carta de repúdio aos 21 parlamentares da cidade. A iniciativa foi uma resposta imediata às tensões na política local e reforçou a postura ativa do sindicato na defesa dos direitos dos servidores públicos municipais.



11 DE AGOSTO

O primeiro dia de paralisações progressivas foi de atuação nas escolas, com manifestações e panfletagem.



20 DE AGOSTO

Realização de uma grande carreata pelo centro da cidade com mais de 50 carros.



22 DE AGOSTO

Realização de panfletagem na Feira do Livro. Na ocasião a categoria encontrou o prefeito e repetiu as reivindicações, recebendo as mesmas respostas.



12 DE AGOSTO

Neste dia ocorreu uma vigília na Praça Saldanha marinho com panfletagem e manifestações no cruzamento da Avenida Rio Branco com a Rua Venâncio Aires. Durante a tarde, a categoria acompanhou na Câmara de Vereadores a moção de apoio à luta dos servidores públicos municipais.



21 DE AGOSTO

Realização do Café Cultural na praça da Locomotiva, encontro com o Ministro da Educação e manifestação em evento da UFSM. Durante tarde, foi realizada uma grande assembleia geral para definir os próximos movimentos da mobilização.



ARTIGO

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE MUNICIPAL: UMA AMEAÇA À EDUCAÇÃO PÚBLICA

A educação pública municipal brasileira vive uma crise silenciosa que afeta diretamente a qualidade do ensino oferecido às crianças e jovens: a precarização sistemática das relações de trabalho dos professores.

Em Santa Maria, como em centenas de municípios brasileiros, essa realidade se manifesta através da substituição de concursos públicos por contratos temporários, comprometendo não apenas os direitos dos educadores, mas a própria continuidade pedagógica. Os dados nacionais são alarmantes e revelam a dimensão dessa problemática. Em 2022, havia 3,1 milhões de trabalhadores no serviço público sem carteira assinada, representando um crescimento de 28,4% em relação ao ano anterior. Na educação, a situação é particularmente grave: 172,2 mil professores trabalham sem vínculos definitivos, sendo 74,7 mil no ensino fun-

damental, 60,1 mil no pré-escolar e 37,4 mil no ensino médio. Esta realidade reflete uma estratégia deliberada de redução de custos que viola princípios constitucionais básicos, como o concurso público para provimento de cargos efetivos e a valorização do magistério.

A Emenda Constitucional 95, que congela investimentos públicos até 2036, força municípios a evitarem concursos públicos, preferindo contratos temporários. Paralelamente, a PEC 66/2023, aprovada na Câmara Federal antes do recesso, mesmo tendo retirado a obrigatoriedade dos Municípios aplicarem a Reforma Previdenciária 103/... continua danoso para a sociedade, pois penaliza mais uma vez trabalhadores que tiveram seu direito negado em momento anterior e que agora, mesmo respaldados judicialmente, verão se-



rem postergados pagamentos dos precatórios devidos. Este duplo ataque - congelamento de gastos no presente e restrições previdenciárias no futuro - configura uma ofensiva sem precedentes contra a carreira docente.

A precarização contratual compromete diretamente a qualidade educacional através da alta rotatividade docente, dificultando o desenvolvimento de projetos pedagógicos de longo prazo e prejudicando a formação de vínculos entre educadores, estudantes e comunidade escolar. Professores temporários, sem estabilidade nem perspectivas de carreira, enfrentam limitações em seus direitos trabalhistas e previdenciários, tendo acesso apenas aos direitos básicos como férias proporcionais e proteção previdenciária elementar, mas sem direito à progressão na car-

reira, licenças para formação ou participação plena nas decisões pedagógicas institucionais.

A resistência a esse processo requer organização coletiva dos educadores, participação ativa em sindicatos, pressão por concursos públicos regulares e mobilização contra as reformas que ameaçam tanto o presente quanto o futuro da educação pública. A defesa dos direitos trabalhistas docentes não constitui corporativismo, mas defesa legítima da educação pública de qualidade, pois professores valorizados e estáveis são condição essencial para oferecermos às crianças e jovens brasileiros o ensino que merecem.

Texto: Angie Catuscia Costa Miron, Jurista e mestre em Sociologia. Baseado na palestra ministrada ao SINPROSM em 12/08/2025

TÁ TUDO BEM MESMO?

LEVANTAMENTO APONTA GRANDE FALTA DE PESSOAL NAS ESCOLAS

Ainda faltam professores, monitores e estagiários em grande parte das escolas do município



Um levantamento realizado pelo Sinprosm expõe um quadro alarmante da educação na rede municipal. A pesquisa, feita em agosto e enviada às 86 escolas da cidade, contou com a participação de 68 instituições e revelou um déficit preocupante de profissionais, além de sérios problemas estruturais que comprometem o funcionamento das unidades de ensino.

De acordo com os dados, **faltam 34 professores regentes**, responsáveis pelas turmas em sala de aula, além de 95 professores de hora-atividade, que deveriam garantir planejamento pedagógico e suporte ao processo educativo. Também **há déficit de 26 educadores especiais**, profissionais fundamentais para assegurar a inclusão de estudantes com deficiência, e a **ausência de 164 estagiários e 228 monitores**, que atuam no acompanhamento dos alunos, sobretudo em turmas de educação infantil e turno integral. A carência atinge até mesmo funções administrativas: 34 escolas declararam não ter nenhum agente administrativo, o que significa direções sobrecarregadas e acúmulo de funções em um sistema que já opera no limite.

Os relatos enviados ao sindicato mostram que o problema não se restringe à falta de pessoal. Há instituições funcionando em condições precárias, sem merendeiras, orientadores educacionais e funcionários de serviços gerais. **Em algumas escolas, faltam condições básicas de segurança: foram registradas ocorrências de furtos, unidades**

sem Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCI) e prédios com problemas elétricos, que colocam em risco tanto trabalhadores quanto estudantes.

Os números confirmam as denúncias feitas pela categoria desde o início do ano. “Esse levantamento não é apenas uma lista de números, é um retrato da realidade que professores, estudantes e famílias enfrentam diariamente. A prefeitura precisa encarar esse problema de frente e apresentar soluções concretas”, avalia a coordenadora Deise da Silva.

A ausência de estagiários e monitores, por exemplo, tem impacto direto no funcionamento das escolas de turno integral, que muitas vezes operam “pela metade”, como relatam pais e professores. Já a falta de educadores especiais (e monitores) prejudica a inclusão de centenas de alunos que precisam de acompanhamento especializado, inviabilizando, na prática, o direito constitucional à educação inclusiva.

Para além do diagnóstico, o Sinprosm alerta que a resolução dos problemas exige prioridade política. A valorização profissional, a reposição de pessoal e o investimento em condições adequadas de trabalho são medidas indispensáveis para garantir ensino de qualidade.

O levantamento, portanto, reforça um ponto central: sem investimento e sem valorização dos trabalhadores da educação, não há como garantir escolas seguras, acolhedoras e capazes de cumprir seu papel social.

ESPAÇO JURÍDICO

FOGIARINI, LOVATO & SOARES ADVOCACIA

A PRIVATIZAÇÃO QUE SE AVIZINHA E O QUE SE PODE FAZER A RESPEITO

Cada vez mais frequentes os relatos de professores fadigados. A falta, não apenas de professores, mas também de estagiários e monitores na rede pública municipal exacerba não apenas a carga de trabalho, mas também o peso das responsabilidades. A simples possibilidade de algo de errado acontecer em função da impossibilidade natural de o professor dar a atenção ideal a tantos alunos, com tantas particularidades, faz emergir a tensão, a apreensão e o estresse que, não raro se manifesta em sensação de fadiga constante.

O Plano de Carreira do Magistério de Santa Maria entrou em vigor no ano de 2004 (Lei n. 4.696/2004). Lá ficou estabelecido o número de 1.700 professores como o contingente necessário para atender às demandas do Município. No serviço público é assim: É a lei estabelece o número de vagas em qualquer órgão.

Para a realidade da época esse contingente de professores aparentemente era suficiente. Passados 21 anos, dezenas de escolas novas foram implantadas, outras tantas antes privadas foram encampadas e o número de alunos na rede pública foi significativamente ampliado. No entanto, o de professores, não. Permanecem as 1.700 vagas previstas duas décadas atrás.

Essa limitação legal é frequentemente utilizada como pretexto para a não nomeação de mais professores efetivos. As 1.700 vagas já estão ocupadas e, portanto, não se poderia mais nomear professores, dizem. Porém, superar tal entrave seria simples. Bastaria ao Executivo enviar ao legislativo projeto de lei aumentando o número de vagas para professores e pronto.

Mas não. Ao invés disso, o que se fez até aqui foi a banalização das suplementações, bem como a contratação emergencial de 518 professores, contrariando a Constituição Federal que estabelece que esse tipo de contrato só poderia ser firmado para suprir demandas excepcionais e/ou urgentes. O problema de pessoal é mais abrangente. A Resolução n. 47/2022, do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria estabelece os números mínimos de assistentes em cada uma das turmas de Educação Infantil, com base no número e nas idades dos alunos. Mais do que isso. Nos termos da Lei 12.764 de 2012 (Lei da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista) e da

Lei 13.146 de 2015 (Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência), consta que cada aluno com deficiência terá direito a atendimento individualizado, sendo dever do Ente Público prover essa assistência.

Porém, inexistente em Santa Maria uma política clara para seleção, contratação e manutenção de estagiários e monitores em sala de aula. Ficam essas tarefas a cargo dos já sobrecarregados gestores de escola. A pífia remuneração oferecida desestimula os jovens a se candidatarem e permanecerem em seus estágios. O resultado dessa omissão do Governo Municipal é uma impermanência dos estagiários e monitores, altíssima rotatividade e um déficit de mais de 200 assistentes.

Existe lógica nessas omissões? Sim. A da privatização. Em recentíssimo evento para empresários realizado em Santa Maria, um economista mencionava os “riossss” de dinheiro distribuídos pelo FUNDEB (Ênfase no plural “riossss” de dinheiro). Para o palestrante, o dinheiro era mal gasto e a solução seria privatizar as escolas. “Acabaria com esse negócio de greve, de paralisação, etc”, arrematou.

Rodrigo Décimo, Prefeito Municipal e, para todos os efeitos, responsável pela aplicação dos recursos do FUNDEB em Santa Maria, sentado na primeira fila da plateia, não se incomodou com a acusação de receber e não conseguir gerir a contento os “riossss” de dinheiro do FUNDEB. Ao contrário, esboçou sorrisos e aplausos complacentes, quiçá concordantes.

Em tempo: Até o mês de agosto, o Município de Santa Maria já havia recebido R\$ 97.862.822,46 do FUNDEB em 2025, segundo o próprio Portal da Transparência do Município.

Em suma: Não faltam recursos para valorizar a educação pública municipal. O que falta é vontade política. A privatização se avizinha.

Para reverter esse quadro, a assessoria jurídica do SINPROSM está preparando ações judiciais para solver o problema do déficit do quadro efetivo do magistério, bem como para que seja estabelecida uma política municipal de atenção aos alunos com deficiência e com transtorno do espectro autista.

O Judiciário tem seu tempo. Pode ser um caminho longo e tortuoso. Porém, jamais podemos deixar de crer naquilo que nos resta. Lutar!

EDUCAÇÃO EM FOCO SEGUE EM SETEMBRO COM DOIS WEBINARES

9º SEMINÁRIO EDUCAÇÃO EM FOCO

tema
EDUCAR É RESISTIR:
saúde, memória e direitos em debate

agosto a novembro
100% on-line | 20h |
APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

- * Natureza da relação de trabalho com o Estado
- * Previdência
- * Saúde do Trabalhador - Lei
- * Valorização profissional: Carreira e Piso
- * Ditadura Militar
- * Dimensões de violência nas escolas
- * Saúde mental dos professores

Speakers: Angie Catuscia Costa Miron, Luciano Fazio e PASOP, Neuza Bechornier e Femergs, Martha Najar e CNTE (Helene), Diorge Konrad.

Com o tema “Educar é resistir: saúde, memória e direitos em debate”, o 9º Seminário Educação em Foco segue reunindo professores da Rede Municipal em uma jornada formativa que vai até novembro. Organizado pelo Sinprosm, o evento é 100% online, transmitido ao vivo pelo YouTube do sindicato, com carga horária de 20 horas e certificação para os participantes.

A abertura, em 12 de agosto, contou com a professora Angie Catuscia Costa Miron, que discutiu a relação de trabalho entre servidores e Estado, sob uma perspectiva crítica da educação pública. No dia 28, o consultor Luciano Fazio tratou da Previdência, aprofundando a compreensão sobre os desafios e ameaças aos direitos previdenciários da categoria.

A programação segue no dia 10 de setembro, com Neuza Bechornier e Clarice Mainardi (Femergs), que abordará a saúde do trabalhador e os im-

pactos do adoecimento docente. No dia 23, o tema é Ditadura Civil-Militar e suas conexões, com Diorge Konrad e Cálice - Grupo de Estudos Sobre a Ditadura Civil-Militar e Suas Conexões.

Em outubro, o debate será sobre a valorização profissional, com a participação da especialista Martha Najar e representantes da CNTE. Também estão previstos encontros sobre memória da ditadura militar, avaliações em larga escala e violência no ambiente escolar.

O encerramento será em 26 de novembro, com a apresentação de trabalhos dos participantes, consolidando o seminário como espaço de resistência, análise crítica e construção coletiva.

Todas as palestras ficam disponíveis no canal do Sinprosm, possibilitando que professores que não participaram ao vivo também tenham acesso ao conteúdo. Para o sindicato, o seminário é mais do que uma formação: é ferramenta de luta e fortalecimento.

Aplicativo Sinprosm

para instalar

- Acesse o QR Code a cima ou vá até o app Play Store de seu celular;
- Busque por Sinprosm;
- Instale o aplicativo Sinprosm;

Apos a instalação, clique em “Filiar-se” e preencha os dados solicitados;

- Atente que a senha criada deve ter pelo menos 6 dígitos, com uma letra maiúscula e números;
- Após completar o cadastro, aguarde a aprovação de sua solicitação, a resposta virá por e-mail.



Primeira Classe é uma publicação bimestral do Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria

CNPJ: 92458835/0001-08
Rua André Marques, 418. CEP: 97010-040
Santa Maria - RS
Contato: (55) 3025-5458



PRODUÇÃO, FOTOGRAFIA,
REDAÇÃO, REVISÃO E
DIAGRAMAÇÃO:

Rodrigo Ricordi - MTB 17.101

Impressão: Jornal Gazeta do Sul
Tiragem: 2.500 exemplares

COORDENAÇÃO:

Aposentados: Vera Terezinha Simon do Monte
Comunicação e Formação Sindical: Celma Pietczak
Educação Infantil: Deise da Silva
Escolas do Campo: Silvane Baptista Oliveira
Finanças: Marta Hammel
Organização e Patrimônio: Juliana Corrêa Moreira